



Jornal do

FEDERAL

Jornal do Conselho Federal de Psicologia - Ano XVIII nº 83 - dezembro de 2005



II Congresso Brasileiro PSICOLOGIA: Ciência & Profissão

O Encontro de toda
a Psicologia Brasileira

**Psicólogo, não deixe de vir ao maior
encontro da Psicologia brasileira**

pág. 3

Mídia e Subjetividade, págs. 6 e 7

Assédio Moral, págs. 8 e 9

DIRETORIA

Ana Mercês Bahia Bock
Presidente
Marcus Vinícius de Oliveira Silva
Vice-presidente
Maria Christina Barbosa Vêras
Secretária
André Isnard Leonardi
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Iolete Ribeiro da Silva
Adriana de Alencar Gomes Pinheiro
Nanci Soares de Carvalho
Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Ana Maria Pereira Lopes

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Regina Helena de Freitas Campos
Vera Lúcia Giraldez Canabrava

CONSELHEIROS SUPLENTE

Odair Furtado
Maria de Fátima Lobo Boschi
Giovani Cantarelli
Rejane Maria Oliveira Cavalcanti
Rodolfo Valentim Carvalho Nascimento
Monalisa Nascimento dos Santos Barros
Alexandra Ayach Anache
Andréa dos Santos Nascimento

PSICÓLOGOS CONVIDADOS SUPLENTE

Marta Helena Freitas
Maria Luiza Moura Oliveira

COMISSÃO EDITORIAL

Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Monalisa Nascimento dos Santos Barros
Vera Lúcia Giraldez Canabrava

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Patrícia Mendes RP 2945/DF.

REPORTAGEM

Anna Carolina Laurindo
ascom@pol.org.br

ESTAGIÁRIA DE COMUNICAÇÃO

Natanry Dias

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Ad People Comunicação

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

SRTVN 702 - Ed. Brasília Rádio Center,
sala 4024 A - Brasília, DF,
CEP 70.719-900
Tel.: (61) 2109-0100
Fax: (61) 2109-0150

www.pol.org.br

Adeus, ano velho...Feliz ano novo!

Todos nós sabemos que no ano velho constroem-se as possibilidades de um bom ano novo. É com a certeza de que trabalhamos para um ano melhor, que a Plenária do Conselho Federal de Psicologia apresenta, à categoria, seu último jornal do ano. Sempre cabe, em um momento como este, fazer um balanço.

As atividades que realizamos e naquelas em que participamos os psicólogos puderam acompanhar, por meio de nossas publicações e divulgações. Assim, não pretendemos aqui arrolar as ações realizadas, mas dizer de como pôde ser fortalecido nosso compromisso com o desenvolvimento da Psicologia e com a ampliação do seu lugar social.

Um aspecto importante é nossa busca permanente por parceiros que trabalham com esses mesmos objetivos. Neste âmbito trabalhamos para fortalecer o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, o FENPB, onde, com mais 16 entidades de Psicologia, temos posto sobre a mesa o projeto da profissão que queremos para a sociedade brasileira. Juntos somos fortes! Com este mesmo espírito temos trabalhado com a Ulapsi – União Latino-americana de Entidades de Psicologia. Em abril, em São Paulo, realizamos o I Congresso da Ulapsi e pudemos fortalecer o diálogo entre as psicologias dos países da América Latina. Preparamos um ano novo com o movimento dos “Psicólogos Sem Fronteiras”, o II Congresso da Ulapsi no Chile e a possibilidade de realização dos Diálogos Latino-americanos em setembro, em parceria com entidades e universidades brasileiras.

No campo dos Direitos Humanos pudemos finalizar a campanha da educação inclusiva e construir, com as comissões de Direitos Humanos do CFP e dos 16 conselhos regionais, uma nova campanha. No ano novo estaremos debatendo e trabalhando a questão do encarceramento. Várias ações deverão ser desenvolvidas, orquestradas pelas comissões de Direitos Humanos e em parceria com outras entidades que, como nós, têm debatido que “o que é feito para excluir que não pode incluir”.

Encerramos no ano velho o Banco Social de Serviços em Psicologia - BSS e inauguramos, em agosto último, para o ano novo, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. O Crepop deverá ser um centro de documentação no campo da Psicologia e das Políticas Públicas, tornando-se referência para os psicólogos, para os cursos de Psicologia e para os gestores públicos que precisam afinar suas expectativas em relação à nossa profissão. Os relatórios do Banco deverão inaugurar o Crepop e, em seguida, os trabalhos que vêm sendo planejados em parceria com o Depen - Departamento Prisional Nacional para definir a atuação dos psicólogos no Sistema Prisional, e a apresentação dos resultados dos debates sobre a atuação dos psicólogos junto às situações de desastre. Outras áreas virão a seguir e esperamos inserir a diversidade e a riqueza de possibilidades da Psicologia em um

centro que promova e incentive a inserção da Psicologia nas Políticas Públicas.

Tomamos as decisões do V Congresso Nacional da Psicologia - V CNP nas mãos e estamos organizando ações que dêem corpo à vontade política dos psicólogos expressa no Congresso. Qualificar instrumentos da Psicologia, debater as questões da Psicoterapia, realizar um Fórum Nacional sobre Psicologia e Saúde Pública, tomar nas mãos as questões da Psicologia na fronteira com outras profissões, realizando uma luta corporativa sem corporativismos, apoiar iniciativas de entidades parceiras no cuidado com as várias áreas da Psicologia...enfim, são várias as ações iniciadas que deverão, no ano novo, possibilitar o fortalecimento da presença da Psicologia em nossa sociedade.

Atuar em questões sociais relevantes é também um âmbito importante de nosso projeto. Atuamos na democratização da comunicação, nos Direitos Humanos, na questão dos direitos das crianças e adolescentes, na questão da mulher, na luta antimanicomial, nas lutas pelo fim da desigualdade social e na construção de condições dignas de vida. São lutas eternas que o ano novo traz como desafios e que tomamos como tarefas inadiáveis e permanentes.

Trabalhamos para unir e fortalecer o diálogo entre a ciência e a profissão e, em setembro do ano novo, com os parceiros do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia, vamos realizar, em São Paulo, o II Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão.

Com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP e com todos os parceiros associados, como nós, temos trabalhado para a qualificação da formação em Psicologia. O ano novo nos traz tarefas importantes relacionadas à implantação das diretrizes curriculares, à avaliação dos cursos, aos debates e decisões sobre as horas para a formação dos psicólogos e sobre a presença da perspectiva da saúde pública na graduação em Psicologia. Estaremos participando e buscando ampliar e fortalecer os lugares, onde o debate sobre estas questões pode e deve acontecer, oferecendo os espaços dos CRPs para apoiar a ABEP na realização de sua tarefa.

Muitas outras ações ainda nos esperam no ano novo: continuar reunindo a memória da Psicologia no Brasil; realizar os concursos em todas as áreas de especialidade para fins de solicitação do título de especialista; qualificar nossos serviços à sociedade e à categoria, construindo regulamentações que possam ser referência para a prestação de serviço em Psicologia; divulgar a leitura da Psicologia, difundindo o trabalho parceiro realizado com a TV Futura: a nova série “Não é o que parece”.

Adeus, ano velho, e o encerramos com a certeza de que, com nossas ações, contribuímos um pouco para que, no ano novo, a Psicologia possa estar mais forte e mais presente na sociedade brasileira. Feliz ano novo a todos!!!

II Congresso Ciência & Profissão: o diálogo da diversidade da Psicologia no Brasil

Vem aí o II Congresso Brasileiro Ciência e Profissão: o diálogo da diversidade da Psicologia no Brasil.

Este é o maior encontro nacional da Psicologia no país, lugar de desenvolvimento do compromisso da Psicologia com as necessidades da sociedade. Organizado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia, o FENPB, composto por 17 entidades, o encontro da ciência e da profissão permite que haja uma contribuição da Psicologia em prol do diálogo entre a produção científica e o exercício profissional. O próximo evento vai acontecer em setembro de 2006, no estado de São Paulo.

O Congresso oferecerá atividades variadas, tais como conferências; simpósios “ciência e profissão”, espaços de conversa sobre a prática profissional ou de pesquisa com profissionais espe-



cializados ou, ainda, conversas sobre temas teórico-conceituais, questões ou projetos da Psicologia; disciplinas e questões de formação; publicações em

Venha para a grande festa científica e profissional da Psicologia no Brasil. Marque na sua agenda: setembro de 2006, em São Paulo.

Psicologia; organização dos psicólogos; e temas emergentes e importantes no campo da Psicologia. Os interessados poderão inscrever seus trabalhos no formato de pôsteres, mesas ou simpósios.

As inscrições para os trabalhos encerram-se dia 19 de abril de 2006 e as inscrições para participar no dia 1º de setembro.

O I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão aconteceu em setembro de 2002, em São Paulo. Foram apresentados e debatidos temas diversos e participaram do evento mais de 8.000 profissionais da área. Agora, queremos ser 15 mil pessoas reunidas para o desenvolvimento da Psicologia.

Informações e inscrições através do site: www.cienciaeprofissao.com.br ou pelo telefone 0800-7706605.

O Fórum de Entidades

Nacionais da Psicologia Brasileira, FENPB, é um coletivo que trata dos rumos da Psicologia no país, composto por 16 outras entidades profissionais, além do CFP: ABRAPSO, ABEP, ABOP, ABRAPPEE, ABRANEP, FENAPSI, ABPJ, SBPD, IBAP, SBPH, SBPOT, SBPP, ASBRo, SOBRAPE, ANPEPP e CONEP.

CREPOP: a Psicologia e Políticas Públicas

O ano de 2006 deve ser marcado por uma das iniciativas mais importantes dos conselhos de Psicologia: a construção do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas- CREPOP. O Centro reunirá informações sobre Psicologia e Políticas Públicas e deverá se tornar um centro de documentação que referencie tecnicamente o psicólogo, os gestores públicos e as instituições formadoras sobre a presença e as ações profissionais dos psicólogos nas políticas públicas.

Todos os 16 conselhos regionais de Psicologia estarão envolvidos no Projeto e serão braços de captação de informações e produção de referências, viabilizando que toda a diversidade nacional das experiências da Psicologia nas Políticas Públicas esteja contemplada.

O vice-presidente do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira ressalta que “a proposta do Centro ampliará o espaço da cidadania brasileira na medida em

que este trabalhará com a concepção de que o Estado democrático de Direito tem de ser provedor das Políticas Públicas exigíveis para o bem estar da sociedade brasileira, e lutará por isso”.

A Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos de Psicologia, que reúne representantes do CFP e de todos os regionais, aprovou, no último dia 17 de dezembro, o início dos trabalhos do CREPOP em todo o Brasil. As prioridades para início de 2006 estarão colocadas na tarefa do georeferenciamento de psicólogos nas Políticas Públicas, o que viabilizará um conhecimento inédito de todos os lugares onde os psicólogos estejam trabalhando na profissão associados a alguma Política Pública. A área que desencadeará os trabalhos do CREPOP é a da saúde. Ela foi escolhida pela APAF porque 2006 será o ano da Psicologia e Saúde para os conselhos de Psicologia e pela riqueza de experi-

ências profissionais em Psicologia que esta área, com certeza, carrega.

Por fim, o CREPOP inaugura um método coletivo de produzir informações e referências para o exercício profissional, na medida em que os psicólogos que atuam em Psicologia e Políticas Públicas serão convocados a relatarem suas experiências, para que estas possam ser reunidas, sistematizadas e inseridas como dados no Centro. Toda a diversidade da Psicologia, em todas as áreas, no campo das Políticas Públicas, deverá fazer parte do Centro de Referência Técnica.

Em maio, após a primeira avaliação feita por nova reunião da APAF, outras áreas deverão seguir a saúde, até que se possa ter o maior centro de documentação em Psicologia e Políticas Públicas do Brasil.

Acompanhe a construção do CREPOP. O seu Conselho Regional estará trabalhando nesta iniciativa.



Liberdade e

Por pensar em uma soc

Desde o início da civilização, os homens lidam com a violência na natureza do convívio. A violência faz parte da paisagem e gramática da cidade e a agressividade sempre esteve na soleira dos diversos modos de resposta capaz de regular sua manifestação. Barbárie e cultura se entrelaçam nos arranjos civilizatórios. Não existem inocentes!

Do sacrifício a sociedade avançou

para a forma retributiva: a lei do “olho por olho, dente por dente”. Houve também o tempo onde coube ao rei a tarefa de punir, sem restrições. Assistimos ao espetáculo da violência em praça pública, o tempo das decapitações e das

fogueiras da inquisição. Com o fim da Idade Média, o homem descobre e enaltece a sua natureza reflexiva. Ele pensa, existe, governa. Em relevo destaca-se uma realidade: a do Estado; um fato: o poder; e um problema: como afirmar e conservar o poder do Estado. O direito foi chamado para regular a violência na *pólis*, inaugurando-se o Estado de Direito. O Estado encerra em si, por seus meios, o monopólio da violência. Coube ao Estado definir os crimes e seus castigos.

Acreditaram que a pena deveria atingir mais os sentidos do que o próprio corpo, modo de alcançar a reflexão do homem, forçando-o a uma mudança de sua posição, anulando sua capacidade de cometer novos crimes, responder fora da ordem. Apostaram que a pena poderia produzir a ortopedia do homem delinqüente, transformando-o no homem normal, adequado à convivência desejável na cidade. A privação da liberdade foi escolhida como medida da pena, pela sua capacidade de atingir os sentidos: medida pelo tempo de reclusão no cárcere. Promoveu-se a segregação dos “criminosos” para as margens da cidade, em celeiros murados, vigiados, controlados.

Essa forma de punição seria aplicada por acreditarem ser uma pena útil e necessária, mas, sobretudo, propagaria a ilusão de que os homens de bem, os normais, estariam protegidos dos homens

que da norma desviam-se, os ditos “a-normais”, perigosos para a ordem social. Praticamente apenas dois conceitos justificaram a manutenção da medida de privação de liberdade na prática prisional: a defesa social e a periculosidade.

Teoricamente, a pena visaria à eliminação do perigo social que acreditavam que sobreviveria a impunidade do delito. Privar o homem de sua liberdade

“A crítica localiza-se na forma da resposta que a sociedade tem exigido desses cidadãos, condenando-os a responder através da moeda da segregação”.

pareceu ser um elemento dissuasivo para a ação criminosa, uma força que pudesse interferir no comportamento do indivíduo, desmotivando-o para o crime. A pena deveria ser sem excesso, apenas na medida

necessária para promover a inibição da conduta ilícita. Contudo, a aplicação da pena privativa de liberdade não serviu plenamente à defesa social e nunca inibiu a prática de novos delitos, conforme acreditaram seus idealizadores.

A sociedade precisava construir instrumentos para se defender dessa suposta exceção que concebeu como sendo o homem delinqüente. Se o homem que da norma desvia-se é um “a-normal”, determinam-se as medidas de “tratamento” e, para tanto, na montagem do Sistema Penal, expressam-se os meios necessários para atingir a função social da pena, através de medidas de tratamento, traduzidas pela fórmula: “reeducar, tratar, curar e reinserir”. A pena, para ser extinta, necessitará, desde então, de que o conserto do desvio tenha sido uma operação bem sucedida pelo “tratamento” da prática penal.

Os peritos multiprofissionais inserem-se definitivamente no processo jurídico penal, com a função mágica de predizerem a possibilidade de um novo crime, oferecerem os cálculos necessários à movimentação dessa complexa engrenagem. Aos peritos coube a função de predizer e apontar onde virtualmente mora o perigo, para promover a sua necessária contenção. O indivíduo que cometeu um crime torna-se uma coisa a ser vigiada, observada, controlada e consertada pelo Sistema Penal. Enquanto não cessarem

as condições que, supostamente, prececeram seu desvio, sua periculosidade, em nome dessa presunção, sem justificção comprovada para a necessidade e utilidade dessa medida, o indivíduo será eliminado do convívio social, contido em nome da defesa social, de forma habitualmente dada como natural.

Na prática, contudo, dentro do cárcere, nenhum desses argumentos demonstra-se, verifica-se, prova-se. Não se trata de uma prática natural. O Sistema Prisional traz, na sua montagem, mais do que um mecanismo de execução penal: está em marcha uma concepção de sujeito e de sociedade correlata a uma lógica de poder e dominação que segue implacavelmente as regras de classificação e controle do homem e do perigo que ele pode representar, a partir de estratégias de segregação.

No lugar da pergunta sobre a responsabilidade da ordem social na desordem de que se queixa, dirigiram seu olhar para o efeito indesejável que emergiu dessa ordem. Contudo, o impossível de calcular e predizer ronda o mundo da vida real, e não considerar esse acontecimento tem conseqüências.

Comissão de Direitos Humanos lança Campanha

A Comissão Nacional de Direitos Humanos do Sistema Conselhos lançou sua Campanha Nacional “O que é feito para excluir não pode incluir!”, contra os encarceramentos e a violência nas práticas de privação de liberdade existentes no país.

A campanha focaliza a questão da dignidade humana na condição da restrição de liberdade e o direito à ampla defesa e à vida.

Segundo a coordenadora da Comissão, Esther Arantes, “ao longo dos últimos anos



responsabilidade

liberdade sem prisões

Fernanda Otoni de Barros

É fato que o crime pode ser uma das respostas que apontam para a desordem da ordem social. Na maioria dos casos de delinquência, a resposta fora da lei, da ordem social, é emitida por indivíduos que foram excluídos do mapa dessa mesma ordem. A política criminal considera que quem emite uma resposta violenta não poder oferecer outras, classificando de “a-normal”, patologicamente desviante, intrinsecamente perigoso. Espera-se, assim, que a ciência possa saber classificar e controlar essa desordem. O exame dos especialistas torna-se, então, necessário. A eliminação desses corpos indesejáveis poupa a política de sua intervenção na matriz dessa produção. As conseqüências práticas dessas conjecturas científicas e políticas revelam a desumanidade do sistema, onde perpetuam-se cotidianamente desigualdades num contexto sociológico produtor da marginalidade.

Ainda hoje essa é a lógica do sistema. O indivíduo perigoso é o alvo principal da intervenção punitiva e nada se verifica no campo das Políticas Públicas e sociais. Com isso, transmite-se a utopia de que os monstros estão presos, sob con-

trole, e que os outros, nós mesmos, estamos protegidos deles. Com essa estratégia segue operando, de modo consistente, o frágil fundamento do direito de punir, maquiando a ignorância das políticas criminais no trato com a violência. Mas o que nos parece mais grave é que essas práticas confirmam um conjunto de estratégias e métodos para silenciar e velar aquilo que não se pode tratar, ou seja: a complexidade dos modos de vida e a pluralidade das amarras possíveis de laço social. Não existe uma receita universal de regulação social. Apesar de todos os esforços ainda insiste a falha no saber sobre a regulação de toda a agressividade.

Em todas as apologias de segurança pública fundamentadas em políticas de tolerância zero, a máquina da tortura continua seu firme compasso e, se não mais atinge a objetividade da carne do corpo humano, de forma requintada, atinge seus sentidos, lá onde não deixa marcas visíveis, lá onde opera uma mortificação, o massacre da subjetividade. Continuam perpetuando técnicas e métodos de punição sem saber muito sobre o seu sentido. No lugar dos argumentos da utilidade, necessidade e humanidade, a prática estabeleceu-se na violência do abandono e do asilo, num lugar onde a cultura é a barbárie, onde não há báscula, lá onde as trocas não transcendem os muros. Esse encontro com a inexistência absoluta de recursos pode ser uma catástrofe, e a prática das rebeliões a anuncia.

O exílio no cárcere não cumpre outra função além do espetáculo que se manifesta através dos métodos de suplícios e torturas que agora se dão nas sombras do cárcere, e não mais na praça pública. Quando embarcamos e fazemos operar os dispositivos de controle da periculosidade dados pelo Sistema Prisional, afastamo-nos da singular e inédita resposta do sujeito possível de se amarrar aos modos razoáveis de convivência social. Creio que, no futuro, criticar-nos-ão, como hoje criticamos ferozmente as fogueiras da Inquisição. A privação da liberdade não

deu conta de cumprir sua promessa.

Nossa prática ensina-nos que a regulação daquilo que, do sujeito, apresenta-se fora-da-lei, realiza-se através da responsabilidade, um ato que se demonstra publicamente, em condição de liberdade, quando o sujeito alinhava o seu traço singular com o laço social, com os recursos da cidade. A liberdade possível é sempre não toda a liberdade, é um exercício com restrições. É essa a condição da qual cada um pode se servir, da sua cota de liberdade, para demonstrar a dimensão da sua responsabilidade enquanto sujeito. Podemos esperar que cada sujeito, por sua vez e meios, responda por aquilo que, do seu jeito, escapa à lei, pelo menos que marca o exercício da sua liberdade.

Se não podemos derrubar os muros do cárcere de uma só vez, necessidade faz-se de se refletir sobre a sua ineficácia, rumo à direção de uma sociedade sem prisões. A prisão pode ter sido um desses inventos úteis, no transcurso do que chamamos de história, mas é inútil enquanto possibilidade de invenção de uma humanidade que, sabe-se é plural e complexa, da qual se sabe que sua própria existência é efeito bascular entre cultura e barbárie.

Tolerar o risco no convívio com as diferenças é não recuar diante da aposta: o laço social possível realiza-se quando o sujeito pode se servir de meios para conectar

seu modo singular de satisfação aos meios razoáveis e universais dispostos na cidade. As respostas podem variar e surpreender-nos, se consideramos a capacidade que tem cada um de demonstrar a sua

responsabilidade para com a restrição necessária da sua liberdade.

A privação não é a saída, alguma satisfação será necessária na construção de uma resposta bascular entre a barbárie e a civilização. Essa é a condição que nos faz humanos e enodados a uma ordem social. Somos todos responsáveis pela arquitetura da sociedade que nos abriga, pelas normas e hábitos compartilhados: não existem inocentes!

“A ciência e as políticas criminais, com suas apologias, têm tratado o homem como um corpo que pode ser deixado à margem da política pública”.

Direitos Humanos na Nacional

verificamos importantes conquistas em relação à luta antimanicomial, mas

o mesmo não se pode dizer das lutas para a modificação dos sistemas prisional e sócio-educativos brasileiros, tampouco de tantas outras formas de abrigo, como as casas para deficientes e idosos.” Desta vez, as comissões de Direitos Humanos elegem como tema a luta contra a tortura, os maus-tratos, os abusos, as negligências, o racismo e as humilhações nas prisões, abrigos e unidades do Sistema sócio-educativo brasileiro.



UIR, NÃO PODE INCLUIR!

CAS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE!

o direito a

Psicólogos marcam presença em Plenária do FNDC

Os psicólogos mostraram sua força no XII Encontro Nacional do Fórum Nacional pela Democratização-FNDC no país: “a presença dos psicólogos foi grande e forte, dando visibilidade ao nosso compromisso com a luta da democratização das comunicações,” afirma a conselheira federal Vera Canabrava.

A XII Plenária do FNDC reuniu em Belo Horizonte, no final do mês de outubro, entidades da sociedade civil de 15 estados, além de associações nacionais de trabalhadores e de veículos públicos e comunitários de comunicação. Também o Governo Federal esteve representado.

Fruto da intensas reuniões, o FNDC saiu da sua Plenária com um Plano de Lutas, que inclui: campanha nacional com o tema “Convergência é independência”, de forma a garantir a produção e difusão de conteúdos nacionais e o desenvolvimento da indústria nacional; reunião de agentes, trabalhadores e entidades, com vistas a produzir um modelo de serviços para a comunicação social eletrônica que sirva ao povo brasileiro; estudo jurídico para embasar ação popular contra medidas do Ministério das Comunicações

que busquem atender somente a interesses dos radiodifusores privados; criação de uma rede de comunicação onde estejam integrados os mais diversos grupos de comunicação alternativos e movimentos sociais; dentre outras ações.

Destaca-se do Encontro do

Fórum a postura dos psicólogos. Dos Encaminhamentos da Plenária, a psicóloga Andréa Torres, de São Paulo, foi eleita por aclamação para coordenar o Grupo de Trabalho do Fórum “Alfabetização para a Leitura Crítica da Mídia”; o psicólogo mineiro

Ricardo Moretzsohn foi aprovado por maioria absoluta para coordenar o desafio de se realizar, em julho de 2006, a Conferência Nacional de Comunicações, que deve engajar o Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações de uma vez por todas junto às demais forças sociais que têm atuação no campo da comunicação. Esta grande Conferência deve acontecer nos moldes das conferências nacionais de Educação, Saúde e Direitos Humanos.

No seu encerramento, a XII Plenária ainda aprovou uma Moção de Apoio às rádios comunitárias brasileiras.



Periodicamente a Campanha contra a Baixaria apresenta à sociedade os programas veiculados no Brasil com maior número de denúncias apresentadas pela população e que mais agridem a dignidade dos cidadãos.

CORONELISMO ELETRÔNICO

O Ministério Público Federal está investigando bancada dos donos de canais de rádio e tevê do país.

Representação na Procuradoria da República diz que um em cada 10 deputados é concessionário de veículos de radiodifusão, contrariando a Constituição Federal-CF. Neste sentido, deputado do Rio Grande do Sul, por exemplo, que aprovou a renovação da sua própria concessão, alegou recentemente que “votou sem saber o que estava votando”.

O Conselho Federal de Psicologia segue na luta pela democratização da comunicação no país.

Rede TV! afronta Direitos Humanos e sai do ar

Pela primeira vez na história da televisão brasileira uma emissora de TV saiu do ar por ofender aos Direitos Humanos, minorias étnicas e homossexuais. A Rede TV! saiu do ar na noite do dia 14 de novembro, e ficou em *off* por mais de 24 horas, por descumprir uma ordem judicial que retirou do ar o programa “Tardes Quentes”, do apresentador João Kléber, e exigiu a veiculação de programas reparatórios, sobre Direitos Humanos, produzidos por organizações da sociedade civil. A determinação foi expedida pela Justiça Federal, por solicitação do Ministério Público Federal - MPF e organizações de defesa dos direitos das minorias.

Além de pagar R\$ 200 mil para a produção dos programas produzidos em reparação e veiculá-los, a Rede TV! ainda terá de desembolsar R\$ 400 mil por indenização. O dinheiro da indenização será depositado no Fundo Federal de Direitos Difusos, fundo público com controle social destinado a financiar projetos de Direitos Humanos. Os programas reparatórios, que começaram a ser veiculados no dia 12 de dezembro, serão transmitidos, cotidianamente, até o dia 20 de janeiro, no horário das 16 às 17 horas.

As pegadinhas do programa “Tardes Quentes” foram consideradas, por diversas instituições defensoras dos Direitos Humanos no Brasil, como abusivas.

Por várias vezes o programa manteve-se como líder no *ranking* dos piores do país, de acordo com a campanha “Quem financia a Baixaria é Contra a Cidadania”, que ajudou a subsidiar a ação do MPF na justiça.

O Conselho Federal de Psicologia faz parte desta Campanha.

Psicologia vai realizar Encontro sobre Mídia e Subjetividade

Os Meios de Comunicação têm cada vez maior presença na vida das pessoas. Hoje, sabemos do tempo, dos acontecimentos de nossa cidade e do mundo, sabemos dos perigos iminentes e aprendemos coisas necessárias para nossa vida por estes meios. Receber informações é, hoje, uma necessidade, e os Meios de Comunicação cumprem esta função.

Além disso, podemos considerar que adquirimos a cultura de nosso grupo social também por estes meios. Eles são veículos de informação e de valores que nos constituem como sujeitos em nossa sociedade.

Por este papel de elemento de constituição da subjetividade é que os Meios de Comunicação, em especial a televisão, pela presença forte em nossas vidas, tornam-se preocupação de muitos. São profissionais da comunicação, e de outras áreas, e estudantes que se debruçam em torno do poder da comunicação e dos riscos para nossa sociedade advindos da falta de democratização neste setor. Concentrar na mão de poucos os Meios de Comunicação, como no caso brasileiro, onde sete famílias controlam 95% dos veículos, torna-se um grande problema, pois isto significa que estamos expostos, como meios de formação, a idéias unilaterais e leituras hegemônicas de nossa sociedade.

Mas, o que os psicólogos têm que ver com isto?!

Como profissionais da subjetividade, os psicólogos têm ampliado suas preocupações para além de todas as formas de influência e constituição dos sujeitos. Com os Meios de Comunicação também aprendemos emoções, valores, sentimentos, preconceitos, formas de relacionamento, desejos e necessidades, enfim, constitu-

...onde um nordestino, um paulista do interior ou goiano enxerga-se em seus modos e maneiras de se expressar na televisão brasileira?!

ímos nossas identidades. Aprendemos a gostar e valorizar uma expressão cultural e aprendemos a desvalorizar outras.

O debate sobre Mídia e Subjetividade não é exatamente novo no campo da Psicologia, mas está agora reforçado pelo engajamento dos psicólogos nas lutas pela democratização das comunicações e pelas experiências realizadas pelo Banco Social de Serviços em Psicologia, em seu projeto “Ética na TV”. Os psicólogos puderam contribuir significativamente com o Ministério Público, oferecendo parece-

res sobre programas de televisão que são denunciados pela falta de qualidade, pela presença de preconceitos ou pelo desrespeito aos direitos da pessoa.

Na busca de fortalecer a importância destas contribuições, os conselhos de Psicologia deliberaram na APAF- Assembléia de Políticas Financeiras e Administrativas, de dezembro deste ano, pela participação em núcleos regionais pela democratização da comunicação e pela convocação dos psicólogos, que trabalham com esta temática, seja nas universidades, seja nos Meios de Comunicação ou em outros espaços, para o debate sobre “Mídia e Produção das Subjetividades”. O Encontro deverá anteceder o I Encontro Nacional sobre Mídia e Subjetividade deliberado pelo FNDC.

Os psicólogos trazem sua contribuição apresentando a leitura da dimensão subjetiva da comunicação. Com certeza, a luta da democratização só tem a ganhar, pois é mais um aspecto que se soma para que a sociedade possa compreender e se empenhar na necessidade de produzir uma mídia democrática, que permita o acesso à diversidade e a valorize como aspecto importante da constituição das subjetividades.

Fique atento, pois o encontro deverá acontecer nos meados de 2006.



Psicologia na TV ajuda a desconstruir preconceitos

O CFP, em parceria com o Canal Futura, lançou, em meados de novembro, a segunda edição da série de programas de televisão “Não é o que parece”. A dimensão subjetiva na construção da noção de tempo e de espaço, nas situações de encarceramento, nas comunicações, no amor, na beleza e no preconceito e na alteração da consciência são os temas escolhidos para esta segunda série.

Ancorado no preceito da subjetividade como construtora de estereótipos

sociais, o programa “Não é o que parece” busca, segundo o vice-presidente do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira, “evidenciar as formas íntimas de fabricação das discriminações, preconceitos, estigmas e identidades sociais da realidade”.

Constituído por oito programas com 24 minutos cada um, o projeto teve sua estréia exibida para uma platéia de convidados na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. O episódio “Preto no Branco” - que caracteriza os aspectos raciais no

Brasil - deu abertura ao pré-lançamento. Estes novos programas mantêm uma estrutura “dialogável e interativa” com os telespectadores. “Utilizamos uma linguagem aberta, com um discurso fácil e provocativo”, esclarece o vice-presidente - responsável pelo conteúdo da programação, juntamente com os conselheiros federais Ana Bock e Odair Furtado.

O programa está sendo exibido pelo Canal Futura, sempre às sextas-feiras, a partir das 22h30, e, aos domingos, às 21h30.

NÃO É O QUE PARECE

Assédio

*“Como hoje a participação dos trabalhadores aqui no B
claramente as condições para q*

O assédio moral é um problema que vem se agravando ao longo dos tempos como séria violência contra o trabalhador e, conseqüentemente, contra sua família. É uma violência perversa, que não escolhe lugar para acontecer e, no Brasil, encontra espaço nas repartições públicas principalmente. Tema das faculdades de Psicologia, deve ter atenção específica dos psicólogos que atuam nos ambientes de trabalho. Segundo a psicóloga Marie Hirigoyen, o Assédio Moral é

“todo tipo de ação, gesto ou palavra que atinja, com repetição, a auto-estima e a segurança de um indivíduo, fazendo-o duvidar de si e de sua competência, implicando em dano ao ambiente de trabalho, à evolução da carreira profissional ou à

estabilidade do vínculo empregatício do funcionário”. De fato, o assediado é vítima constante de provocações, desprezo, boataria e perseguições, que, muitas vezes, são ocultas, feitas em gabinetes, a portas fechadas, ou nos corredores do ambiente de trabalho. Por ocasionar tanto sofrimento psíquico, fato com o assédio moral está na seara de atuação dos psicólogos, que não podem ficar, a ele, omissos. “O assédio moral é uma das formas de representação social de degradação das relações de trabalho, onde impera a figura do individualismo, da arrogância e da prepotência gerencial, que produzem uma relação de poder englobando a intenção de ofender, humilhar, constranger o trabalhador, no exercício de suas funções”, afirma a Especialista em Gestão de Pessoas, Paula Regina de Oliveira.

Psicólogos atentos - No próximo Congresso Brasileiro de Psicologia Or-

ganizacional e do Trabalho (veja box ao lado) a questão do assédio moral e suas implicações sobre a subjetividade das pessoas deve entrar nas discussões: a agressão moral pode causar danos irreparáveis à saúde do agredido, pois, exposta a humilhações, a vítima pode manifestar doenças, originadas do stress causado pelo sentimento de impotência e incapacidade a que é submetida.

P.C era funcionária de uma instância pública. Com servidoras à sua volta apenas do sexo feminino, o chefe de P.C dizia que todas tinham de usar “saias”. Como P.C recusasse-se a cumprir a ordem, que não constou em momento nenhum do seu contrato prévio,

“De fato, o assediado é vítima constante de provocações, desprezo, boataria e perseguições, que, muitas vezes, são ocultas, feitas em gabinetes, a portas fechadas, ou nos corredores das repartições”.

mas era-lhe “dita” - fato que lhe complicava uma denúncia, não recebia gratificações nem promoções. Era o assédio moral. Com baixa auto-estima, a funcionária pediu demissão.

A atual literatura chama o assédio moral de psicoterrorismo no trabalho. Segundo a Doutora Margarida Barreto, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, cuja tese de mestrado perpassou por pesquisa com mais de 2 mil trabalhadores, “o assédio moral está sempre presente em relações hierárquicas de poder em que haja o autoritarismo. Normalmente é caracterizado por atos de intimidação e práticas de humilhar, de rebaixar, de intimidar o outro. São práticas que se realizam, concretizam-se no local de trabalho. São práticas que individualizam o problema em uma só pessoa, tratam aquele indivíduo ou aquela mulher como incapaz, quando, na verdade, isso é resultante de condições outras de trabalho.”

Moral: a violência silenciosa

Brasil ainda é muito incipiente em relação ao próprio processo do trabalho, percebe-se que se tenha um indivíduo estressado. Stress é assédio moral”

Um grande trabalhador assediado moralmente, no país, é o portador de sofrimento mental, que se vê, muitas vezes, perseguido por sua subjetividade. A nós, psicólogos, cabe denunciar este tipo de perseguição, vista dentro dos ambientes de trabalho.

A médica do trabalho Lys Rocha vê a questão do assédio moral no ambiente de trabalho como uma questão não somente do indivíduo, mas “um problema estrutural em relação ao processo de produção que nós temos observado em diferentes

empresas, sejam elas de serviço, sejam elas fábricas”. E exemplifica: “O *just-in-time*, por exemplo: tudo tem de ser feito, na medida do pedido, com prontidão (...) muitas vezes em desacordo com o ritmo dos seres humanos... As pessoas são diferentes (...) e precisam ser respeitadas na sua individualidade!”.

Ao levantarem tantas bandeiras pelas causas sociais, os psicólogos não podem perder de vista também esta causa social, que acontece silenciosa, entre quatro paredes: ajudar a resistir implica em solidariedade.

Ações que caracterizam o assédio moral:

- rebaixar outra pessoa para adquirir boa auto-estima e demonstrar poder;
- restringir da vítima a possibilidade de falar, isolar alguém de seus colegas, desconsiderar sua opinião, não dar tarefas a alguém, fazer críticas imotivadas constantemente;
- exigir serviços muito superiores às possibilidades do indivíduo;
- manter rigor excessivo de reduzir o teor do trabalho, com diminuição de remuneração;
- induzir o indivíduo a cometer uma falta, não só para criticá-lo ou rebaixá-lo, mas para que tenha uma má imagem de si mesmo.

Investigação sobre ocupação do psicólogo brasileiro

Vem aí uma pesquisa com o objetivo de investigar a ocupação do psicólogo brasileiro no cenário atual, além de caracterizar as transformações das diversas áreas da Psicologia. O programa de pesquisa está sendo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Psicologia Organizacional e do Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, grupo constituído em 1990. A proposta do GT para esta

pesquisa é investigar a ocupação do psicólogo brasileiro no cenário atual e caracterizar as transformações dessa profissão. O Conselho Federal de Psicologia é um dos patrocinadores deste projeto.

O objetivo principal da pesquisa é o de atualizar as informações sobre a dinâmica e os rumos da profissão, além de mapear as tendências inovadoras no exercício da profissão em termos de atividades de trabalho.

II CBPOT: participe!

II Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho

A Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho, SBPOT, realizará, nos dias 26 a 29 de julho de 2006, em Brasília, o II Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho, II CBPOT.

O Congresso tem como principal objetivo propiciar intercâmbios entre profissionais, pesquisadores e estudantes de Psicologia, e outras profissões que fazem interface na área de conhecimento de Psicologia Organizacional e do Trabalho (PO&T), incentivando a consolidação desta área de conhecimento.

Em 2004, o I Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho, I CBPOT, em Salvador, superou, segundo seus organizadores, as expectativas relativas ao número de participantes, que o avaliaram muito positivamente. Em 2006, o II Congresso ocorrerá na capital federal, exatamente onde está localizada a Praça dos Três Poderes, reunindo as sedes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Nesta praça, está presente a escultura “Os guerreiros”, de Bruno Giorgi, feita em homenagem aos trabalhadores que construíram a cidade. A obra é apelidada pela população local de “Os candangos”, denominação dos que chegaram para edificá-la no cerrado. A escultura é o símbolo do II Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho.

Informações pela [link: www.sbpot.org.br](http://www.sbpot.org.br)



“Os candangos”

Prêmio Monográfico tem data prorrogada



O Conselho Federal de Psicologia adiou para o dia 12 de abril de 2006 a entrega final dos trabalhos que concorrem ao Prêmio Monográfico. A edição deste ano homenageia o psicólogo, militante mineiro, Pedro Parafita Bessa.

Pedro Bessa atuou em toda a época militar, contra as diversas formas de cerceamento e exclusão. Afastado da Universidade pelo AI-5, o professor

Pedro Bessa nunca pediu revisão de sua aposentadoria compulsória, decretada em 1969, quando dirigia a Fafich, Faculdade de Filosofia da UFMG.

Em vez de recorrer à anistia, preferiu o protesto: “Já tinha refeito minha vida profissional e sabia que ainda havia presos políticos. De que adiantaria resolver a minha situação, se aqueles que foram os mais atingidos continuavam nas mãos dos militares?!”

Não por acaso, o tema do prêmio nesta edição é “Subjetividade, Encarceramento e Sistema Prisional: desafios para a Psicologia”. Serão escolhidas as melhores monografias sobre o tema, de profissionais e estudantes de Psicologia, concedendo prêmios com valores entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00 para os três primeiros lugares em cada categoria, além da publicação da produção na revista *Psicologia - Ciência e Profissão*.

Psicólogos discutem Sistema Prisional



Mesa de abertura

Com o objetivo de construir uma nova referência para o trabalho dos psicólogos no Sistema Prisional e mostrar à sociedade outras formas de lidar com a criminalidade, o Conselho Federal de Psicologia, em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional, Depen, realizou, no mês novembro, o Seminário Nacional “A atuação do psicólogo no Sistema Prisional”. O encontro, que teve a participação de psicólogos de todo o Brasil, focou a necessidade de se elaborarem estratégias para desenvolver ações em torno da atuação do psicólogo no Sistema Prisional brasileiro.

Na ocasião, a presidente do CFP, Ana Mercês Bock, afirmou,

em seu discurso de abertura, que “a união entre o CFP e o DEPEN significa que estamos caminhando conjuntamente com o poder público na direção da qualificação de nossa prestação de serviço.”

O papel histórico da Psicologia nas prisões, em geral, vem cumprindo uma função de legitimação da exclusão por meio do saber psicológico. A Lei 10.792/03, que se refere à extinção do exame criminológico ou outra modalidade de avaliação que objetive relacionar o estudo da personalidade ao delito e estabelecer prognóstico quanto à reincidência criminal, foi um dos pontos de debates no seminário.

Segundo Valdirene Daufemback, psicóloga que coordenou o grupo de

trabalho do CFP que organizou todo o processo de debate nos conselhos regionais de Psicologia para chegar ao Seminário Nacional, “os psicólogos estão sendo chamados a construir uma prática comprometida com a integração social e com a saúde mental do indivíduo encarcerado, uma prática para além da legitimação da estigmatização social e do embasamento da relação de causa entre crime e personalidade para fins processuais.”

A prisão e os presos fazem parte da sociedade, são produtos das relações estabelecidas na vida livre. Rever o funcionamento das prisões é rever o funcionamento da própria sociedade.

A Psicologia no Brasil busca contribuir com este processo.

Em pauta a criança e o adolescente

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e a Subsecretaria dos Direitos Humanos da Secretaria-geral da Presidência da República realizaram em Brasília, no mês de dezembro, a VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o tema “Participação, Controle Social e Garantia de Direitos - por uma política para a criança e o adolescente”.

Participaram da Conferência 1.069 delegados, vindos de delega-



ções dos estados; 56, do Conanda, e 200 convidados. Participaram ainda representantes de organismos internacionais.

A finalidade central desta Conferência foi de ampliar a participação e o controle social na efetivação da política para a criança e o adolescente, oportunidade em que os participantes refletiram e compartilharam informações para a formulação de uma política pública integral destinada a 61 milhões de crianças e adolescentes brasileiros.

O CFP esteve presente à Conferência.

Nota de esclarecimento aos psicólogos gaúchos

O Conselho Federal de Psicologia foi convidado, pelo CRP da 7ª região, a debater com os psicólogos, que atuam na área de Avaliação Psicológica para a habilitação de motorista, as questões relativas às dificuldades no cumprimento da Resolução CFP nº16/2002, dado que o histórico e a realidade desses serviços no Rio Grande do Sul são distintos do restante do país. O CFP esteve em Porto Alegre ouvindo as reivindicações e argumentos da categoria, mas não foi possível acolhê-las, ficando mantida a exigência da Resolução, de que os serviços de Avaliação Psicológica não funcionem acoplados aos centros

de formação. Como esta questão envolve uma controvérsia jurídica, e a despeito da decisão obtida no âmbito da Justiça Federal, o CFP vai prosseguir o processo de esclarecimento jurídico para deixar solidamente estabelecidos, com clareza, os limites legislativos de cada esfera, inclusive da nossa como Conselho Federal. Durante o período em que se mantiver a controvérsia jurídica, vamos nos abster de recomendar ao CRP 07 que faça as atuações das situações que, perante a nossa legislação atual, encontram-se irregulares. Com isso buscamos uma solução que respeita a atuação dos psicólogos gaúchos, tendo a certeza

de que essas atuações não são fonte de desvio ético, mas que cabe à autoridade a obediência as leis federais e a garantia de regras comuns para em todo o território nacional para o exercício profissional da Psicologia.

Acreditando poder contar com a compreensão dos colegas gaúchos, o CFP manter-se-á inteiramente à disposição para o diálogo e saberá respeitar as iniciativas judiciais que eventualmente venham a ser buscadas pelos psicólogos no Rio Grande do Sul.

Ana Mercês Bahia Bock
Presidente do CFP

Retrocesso no Contran

O **Contran** - Conselho Nacional de Trânsito, acatando sugestão do Denatran, reduziu, em novembro, para somente três suas Câmaras Temáticas, que antes eram seis. O recuo significa um retrocesso na Política Nacional de Trânsito, ao privilegiar um modelo já superado mundialmente que trata o trânsito na ótica restrita da via, do veículo e do condutor. A importância

da criação de uma câmara sobre a Mobilidade Humana, o Meio Ambiente, a Cidadania e a Educação foi defendida tenazmente pelos representantes do CFP - Gislene Macedo e Ricardo Moretzsohn - nas discussões apresentadas pelo Denatran acerca das mudanças. Infelizmente, outros interesses fizeram com que a decisão final não contemplasse essa proposta que se mostra afinada com

as discussões e preocupações de diversos países que têm logrado êxito em suas políticas para o trânsito.

O Conselho Federal de Psicologia vê com preocupação este retrocesso perante a Política Nacional de Trânsito, que perde muito do que já se discutiu e avançou no Brasil e considera fundamental ações concretas que possam democratizar o trânsito brasileiro.

Falando sobre desastres e subjetividade

Maremotos, terremotos, temporais, epidemias e inundações podem causar a destruição parcial ou total de cidades inteiras em vários países. As catástrofes naturais podem afetar a vida de centenas de milhares de pessoas em poucos minutos. Todas as comunidades estão expostas a uma série de ameaças específicas que podem chegar a converter-se em riscos e produzir um desastre.

Para inserção da categoria dos psicólogos na temática sobre Emergência e dos Desastres, o CFP, em parceria

com o Ministério da Integração Nacional, vai realizar o 1º Seminário Nacional da Psicologia da Emergência e dos Desastres.

O evento será palco para se discutir e debater a aplicação da Psicologia em situações ou eminência de desastres. Não é um trabalho novo entre psicólogos, mas ainda pouco divulgado e com pouco desenvolvimento na Psicologia brasileira.

Sem Fronteiras - Durante o Seminário, a ser feito em parceria CFP/Defesa Civil, será lançado o site do

Movimento “Psicólogos sem Fronteiras”, com o objetivo de divulgar o movimento entre os psicólogos e a sociedade. A meta primordial do movimento é contribuir para a melhoria das condições de vida das populações pobres que vivem em situação de risco permanente de desastres ou mesmo em situações de desastre já ocorrido. Fruto da união do CFP com entidades latino-americanas de Psicologia, o movimento “Psicólogos sem Fronteiras” foi lançado durante o I Congresso da União Latino-americana de Psicologia - Ulapsi, em abril de 2005.

PSYCHOLOGISTS WITHOUT BORDERS
PSYCHOLOGUES SANS FRONTIERES
PSICÓLOGOS SIN FRONTERAS



PSICÓLOGOS SEM FRONTEIRAS

Processos Éticos julgados

Ementas de Processos Éticos julgados em 2a. instância, no CFP, no segundo semestre de 2005.

CFP Nº 446/05 – Origem: CRP-06

ARQUIVAMENTO

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso interposto. Intempestividade da apresentação do pedido de reconsideração. Recurso conhecido e improvido. Decisão (CRP): Arquivamento do processo ético. Decisão (CFP): Mantida. Data do julgamento: 30/09/2005

Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira
Relatora: Maria de Fátima Boschi

CFP Nº 5521/04 – Origem: CRP-06
ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso de Apelação. Incidência dos Art. 1º alínea “c” e “f” do Código de Ética dos Psicólogos. Recurso Desprovido. Decisão (CRP): Advertência.

Decisão (CFP): Mantida
Data do julgamento: 30/09/2005
Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira
Relatora: Nanci Soares de Carvalho

CFP Nº 4799/04 – Origem: CRP-06
ARQUIVAMENTO

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso interposto. Inexistência de violação às normas e princípios do Código de Ética Profissional. Recurso conhecido e improvido.

Decisão (CRP): Arquivamento do processo ético. Decisão (CFP): Mantida. Data do julgamento: 30/07/2005

Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira
Relatora: Andrea Nascimento

CFP Nº 2166/05 – Origem: CRP-04
MULTA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso interposto. Incidência dos Arts. 35 e 47 do Código de Ética dos Psicólogos. Recurso conhecido e parcialmente provido. Decisão (CRP): Suspensão do exercício profissional por 30 dias.

Decisão (CFP): Multa, com sanção do pagamento de três anuidades. Data do julgamento: 12/08/2005
Presidente: Ana Mercês Bahia Bock
Relatora: Maria Teresa Castelo Branco

CFP Nº 3879/04 – Origem: CRP-07
ARQUIVAMENTO

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso interposto. Falta de provas quanto ao efetivo cometimento de falta ética. Arquivamento. Recurso conhecido e improvido.

Decisão (CRP): Arquivamento do processo ético. Decisão (CFP): Mantida.

Data do julgamento: 30/07/2005
Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira

Relatora: Andrea Nascimento
CFP Nº 3758/04 – Origem: CRP-06
ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso interposto. Incidência do Art. 2º alínea “m” do Código de Ética dos Psicólogos. Recurso Desprovido.

Decisão (CRP): Advertência. Decisão (CFP): Mantida. Data do julgamento: 12/09/2005

Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira
Relatora: Iolete Ribeiro da Silva

CFP Nº 1321/05 – Origem: CRP-06
ADVERTÊNCIA – Confidencial
(Art. 33, Parágrafo único, do Código

de Processamento Disciplinar)

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso interposto. Incidência dos Arts. 1º, letra “c” e 2º, letras “m” e “n” do Código de Ética dos Psicólogos (Res CFP nº 002/87). Manutenção da decisão do CRP-06 quanto à aplicação da pena de advertência.

Decisão (CRP): Advertência. Decisão (CFP): Mantida. Data do julgamento: 12/08/2005
Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira
Relatora: Maria Christina Vêras

CFP Nº 2538/04 – Origem: CRP-12
ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso interposto. Incidência dos Arts. 37, 38 alínea “c” e 47 do Código de Ética dos Psicólogos. Recurso conhecido e desprovido.

Decisão (CRP): Advertência. Decisão (CFP): Mantida. Data do julgamento: 12/08/2005

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock
Relatora: Rejane Maria Cavalcanti

CFP Nº 0913/05 – Origem: CRP-04
ADVERTÊNCIA – Confidencial
(Art. 33, Parágrafo Único, do Código de Processamento Disciplinar)

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso interposto. Incidência dos Arts. 1º alínea “c”, art. 2º alíneas “e”, “m” e “n”, e art. 21 do Código de Ética dos Psicólogos. Manutenção da decisão do CRP-04 quanto à aplicação da pena de advertência.

Decisão (CRP): Advertência. Decisão (CFP): Mantida. Data do julgamento: 01/07/2005

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock
Relatora: Acácia Aparecida Angeli

Comissões discutem metas de orientação e fiscalização

O CFP realizou, em meados do mês de outubro, em Brasília, o Encontro Nacional das Comissões de Orientação e Fiscalização - COF's do Sistema Conselhos de Psicologia.

O Encontro teve por objetivo constituir um espaço de formação de gestores das COF's dos conselhos re-

gionais, por meio do reconhecimento do rol de legislações que regem o trabalho de orientação e fiscalização; identificar situações que demandem novas regulamentações e definir políticas balizadoras mais gerais para ação das COF's.

As principais ações das COF's

são as de orientação e fiscalização, que podem ser dirigidas ao psicólogo e à sociedade.

As ações de orientação e fiscalização ocorrem guiadas pelo Manual Unificado de Orientação e Fiscalização - MUORF, editado pela Resolução CFP nº 019/2000.

2006 é o ano da Saúde para a Psicologia Brasileira!

Dando início aos Anos Temáticos para a Psicologia Brasileira, o Sistema Conselhos elege, neste momento, 2006 como o “Ano da Psicologia na Saúde”.

“Como a maioria dos psicólogos trabalha na área da saúde, nada mais justo que o primeiro ano temático da nossa profissão esteja voltado para nos aprofundarmos na discussão das questões que permeiam a atuação do psicólogo na seara da saúde”, explica a conselheira federal Monalisa Barros.

O ano temático “Psicologia na Saúde” irá agregar esforços para discutir a atuação do psicólogo hoje, no Brasil, nos seguintes eixos temáticos:

- Reforma Psiquiátrica;
- Saúde Suplementar;
- Atenção Básica; e
- Média e Alta Complexidades.

No ano temático, o Sistema Conselhos vai reunir um conjunto amplo de informações sobre a prática do psicólogo na saúde, em especial na saúde pública e “vamos querer saber qual é a expectativa do Ministério da Saúde diante atuação do psicólogo, por exemplo”, explica Monalisa. “Não só para termos parâmetros mais claros de fiscalização, mas para estarmos prontos, enquanto Sistema, para oferecermos re-

ferências adequadas para a formação do profissional que irá lidar com a saúde e podermos produzir esforços coletivos no sentido de qualificar a área”, explica.

Fórum Nacional - O ano temático Psicologia na Saúde incluirá a realização do Fórum Nacional de Psicologia e

...“em 2006, vamos colocar a saúde na pauta!”.

Saúde Pública: contribuições técnicas e políticas dos psicólogos para avançar o SUS. “O Fórum vai promover a mobilização e organização dos psicólogos para a discussão da política de saúde implantada no país e vai refletir e produzir propostas de intervenção da psicologia na área de saúde pública”, explica Rejane Cavalcanti, conselheira responsável pela organização do evento. O Fórum nasce nas diferentes regiões com a participação ampla da categoria, em eventos denominados eventos preparatórios, e converge para um Fórum Regional organizado pelo Conselho da região. Deste espaço serão indica-

dos delegados que comporão o Fórum Nacional. Os eventos que antecedem o Fórum Regional acontecerão até 30 de junho e os Fóruns Regionais até 28 de agosto. O Fórum Nacional será em Brasília, de 20 a 22 de outubro, mas é composto apenas de delegados eleitos nos fóruns regionais. Fique atento aos eventos que acontecerão na sua região!

Dentre os eventos preparatórios, um deles será obrigatoriamente em parceria com a ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - e terá como tema a questão da construção das diretrizes para a formação em saúde pública, no sentido de fortalecer a presença da Psicologia no SUS.

Segundo a presidente do Conselho Federal, Ana Bock, “a importância do ano temático é o de concentrar esforços no debate dos problemas e na produção de soluções que podem qualificar o exercício da profissão naquela área. Escolhemos a saúde como nosso primeiro pólo de discussão pelo contingente de psicólogos que atuam nesta área, pela diversidade de práticas e locais de trabalho e pelo avanço da presença dos psicólogos neste campo, não só nas formas autônomas de exercício, mas também na área da saúde pública”.

Ciência e Profissão completa 25 anos



A revista *Psicologia Ciência e Profissão* completou, neste ano, 25 anos. Em plena maturidade editorial, a revista, que publica neste mês sua edição 24.4, já conta, em sua

trajetória, com mais de 100 números publicados e mais de 1000 artigos divulgados, fruto da produção acadêmica e profissional efervescente, em âmbito nacional.

Desde o início deste ano, a revista tem como editora a conselheira federal Acácia Angeli dos Santos e uma comissão editorial formada por mais cinco

psicólogos indicados por cada uma das cinco regiões do Brasil.

Em 2003 a revista passou a ser *online*, disponível no www.revistacienciaeprofissao.com.br.

Com tiragem impressa de 15 mil unidades, a *Ciência e Profissão* pode ser encontrada também em bibliotecas dos cursos e faculdades de Psicologia em todo o país.

Seminário sobre a Banalização da Interdição Judicial propõe caminhos

O Seminário sobre a Banalização da Interdição Judicial no Brasil, que aconteceu em Brasília, propôs diversos Encaminhamentos, a serem implementados pelos agentes envolvidos na questão: INSS, Ministérios Públicos, Ministério do Desenvolvimento,

Ministério da Saúde. Dentre estes Encaminhamentos, alguns se destacam: fazer levantamento diagnóstico da interdição no país; diminuir o rito judicial para reversão das interdições e suspensões das curatelas; realizar consulta pública referente à revisão

do Decreto 1.744, para que se defina como critério que a interdição em hospitais psiquiátricos suspenda a condição do BPC; adotar novo modelo de avaliação pericial, dentre outros. Todos os Encaminhamentos, ao todo 18, estão tendo o destino devido.

Concurso para obtenção de título de especialista: fique atento!

O Concurso de Provas e Títulos para Concessão do Título de Especialista em 2006 será realizado no mês de setembro, em São Paulo. As provas serão objetivas e discursivas. Desta vez, as especialidades contempladas para o concurso serão todas aquelas reconhecidas pelo CFP: Psicologia Escolar/Educacional; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Psicologia de Trânsito; Psicologia Jurídica; Psicologia do Esporte; Psicologia Clínica; Psicologia Hospitalar; Psicopedagogia; Psicomotricidade; Psicologia Social; e Neuropsicologia.

As inscrições acontecerão entre os meses de maio a julho, pela *internet*, com impressão de boleto que poderá ser pago em qualquer banco ou em casas lotéricas. As provas

acontecerão em data próxima ao II Congresso Brasileiro Ciência e Profissão. O valor da inscrição ainda não foi definido. O resultado final do concurso, após fase de recurso, sairá provavelmente no mês de novembro.

O título de especialista não é obrigatório, é um direito, e pode ser obtido por conclusão de curso de especialização credenciado pelo CFP ou por meio do concurso de provas e títulos.

Embora estivesse previsto em legislação, só no ano de 2000 o Conselho Federal de Psicologia regulamentou o título profissional de Especialista em Psicologia. Segundo as Resoluções, o psicólogo pode solicitar formalmente o registro de até dois títulos de especialista junto ao seu Conselho Regional de Psicologia

(CRP), podendo, a qualquer tempo, modificá-los.

Os psicólogos podem obter seu título pelo concurso de provas e títulos, mas podem também obtê-lo mediante curso de especialização. É importante que os psicólogos, ao fazerem um curso de especialização, procurem saber se este está credenciado junto ao CFP, pois, neste caso, é possível, ao terminar o curso, solicitar o título de especialista. Caso o curso não esteja credenciado, o certificado do curso não serve como documento para a solicitação do título.

É importante que seu curso de especialização seja credenciado pelo CFP. Procure saber sobre isto!

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE REGISTRO DE ESPECIALISTA

Psicólogo, se você deu entrada em seu pedido de registro de especialista, em qualquer das onze especialidades regulamentadas, e teve seu pedido indeferido com base em que não havia comprovação de vínculo empregatício referente ao período de trabalho voluntário, por favor, procure seu CRP para fazer o pedido de reconsideração. Isso porque o CFP alterou o entendimento esposado na Resolução CFP nº 002/01 face à legislação que rege o trabalho voluntário no país.

Brasil é réu na OEA por violação de Direitos Humanos

A Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, OEA, realizou julgamento sobre o caso Damião Ximenes, morto na Casa de Repouso Guararapes, no município de Sobral, Ceará, vitimado por maus tratos e violências fortuitas. O Brasil, como réu, deverá ser condenado.

Este é o primeiro caso de violação de Direitos Humanos, na história, a ser julgado, na Corte Interamericana, contra o Brasil.

Em outubro de 2003 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, em função da morosidade com que caminhavam as investigações sobre o assassinato de Damião

Ximenes, recomendou ao Brasil celeridade na apuração das responsabilidades e a garantia da não-repetição deste tipo de extermínio no país. Como o Brasil não cumpriu as recomendações da Comissão, o caso seguiu para a Corte Interamericana, onde o país tornou-se réu.

Neste momento o Conselho Federal de Psicologia aproveita para denunciar toda uma série de mortes violentas ocorridas em hospitais psiquiátricos no país de forma seqüenciada e que permanecem impunes: quantos pacientes precisarão morrer em hospitais psiquiátricos, para que o Brasil tome medidas de proteção aos portadores de sofrimento mental? Será que todos

esses casos terão de ser enviados a um tribunal internacional?!

Particularmente, o CFP, engrossando o coro das entidades de Direitos Humanos, exige o imediatato fechamento do hospital Milton Marinho, em Caicó, no Rio Grande do Norte, campeão de violência e assassinatos, que permanece ainda em funcionamento!

Em 2004, o então Ministro da Saúde, Humberto Costa, qualificou este hospital como dentre os 10 piores do país e prometeu fechá-lo, mas, passado um ano, o hospital continua aberto, credenciado pelo SUS, e as únicas pessoas por lá punidas foram as que denunciaram as violações existentes no local.

Oficinas da ABEP em 2006: Psicologia e Saúde Pública

A ABEP assumiu o desafio de realizar um conjunto de iniciativas voltadas à adequada formação de psicólogos para trabalharem no Sistema Único de Saúde, SUS. Uma das razões desta atenção refere-se ao crescente número de psicólogos que trabalham no Sistema (hoje, cerca de vinte mil profissionais). Ao mesmo tempo, está constando que os cursos de graduação não estão conseguindo preparar de forma conveniente os egressos para trabalharem no SUS. Somados, estes dois elementos tornaram uma exigência de que a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia esforçasse-se para fazer com que a formação de psicólogos consiga prepará-los para ocuparem de forma competente o SUS.

Histórico - o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação estabeleceram acordo para viabilizar um processo de aprimoramento da formação de futuros profissionais que poderão trabalhar na área da Saúde. A iniciativa alicerça-se no reconhecimento de que a adequada formação de profissionais para a área da saúde pública consiste em um dos maiores desafios a serem implementados.

Nessa relação entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, foi estabelecido um esforço conjunto na preparação dos avaliadores de cursos de graduação. Os avaliadores estão recebendo orientação no sentido de aumentarem sua sensibilidade em relação ao tema da saúde pública e vêm recebendo apoio para se firmarem como agentes que facilitem mudanças curriculares nos cursos (inclusive de Psicologia), com o fim de melhor qualificarem os profissionais que poderão atuar no SUS.

Para a Psicologia, trata-se de importante oportunidade de aproximação de um serviço que atinge cerca de oitenta por cento da população brasileira (notadamente a parcela que tem menor acesso a

serviços dos psicólogos) e que já representa quase vinte por cento do mercado de trabalho para psicólogos no país.

O desafio está em se fazer essa aproximação de forma coordenada e compatível com as Diretrizes Curriculares, garantindo formação generalista e de qualidade.

A Oficina Nacional - para viabilizar essa discussão de melhoria da inserção dos psicólogos egressos da universidade no SUS, surge a Oficina Nacional da ABEP - "Psicologia e Saúde Pública", que será precedida, ao longo do ano de

“Na etapa regional, as oficinas da ABEP contarão com o apoio dos conselhos regionais de Psicologia, tanto na formulação dos eventos quanto na logística necessária à sua realização”.

2006, de dezessete oficinas regionais.

A Oficina Nacional, realizada por delegados eleitos em seus estados, estabelecerá diretrizes e propostas de ação que nortearão a atuação da ABEP neste contexto de qualificação e auxiliarão no aprofundamento da atenção dos cursos de Psicologia ao trabalho no SUS.

Na Oficina Nacional da ABEP, os debates serão dirigidos às necessidades de transformações no processo de formação dos psicólogos, de modo a adequá-los às necessidades de saúde da população e ao desempenho profissional no interior do SUS, construindo coletivamente as diretrizes que devam ser assumidas neste processo.

Temas - o tema geral da Oficina será “uma presença qualificada no SUS como um desafio para a

Psicologia”. Como decorrência deste tema, vários outros serão alvo de debate, dentre eles: 1) o desafio de formar recursos humanos qualificados para o SUS: estado da arte da discussão; 2) aproximações acadêmicas e profissionais da Psicologia com a área de Saúde; 3) conteúdos pedagógicos da Saúde Coletiva nos currículos de Psicologia; 4) conteúdos da Psicologia relevantes para o campo da Saúde Coletiva; 5) campos de práticas nos serviços do SUS: a questão da integração docente-assistencial.

Os eventos regionais que precederão a Oficina Nacional precisam ocorrer durante o primeiro semestre de 2006. A etapa nacional ocorrerá no mês de julho, em Brasília. A convocação à participação na organização e realização das oficinas é aberta a todos os interessados, mas dirigida de forma especial a professores, estudantes, pesquisadores e profissionais que atuam nas Políticas Públicas de saúde.



Acordo sobre Diretrizes Curriculares

A ABEP constatou que as orientações oferecidas pelas Diretrizes Curriculares são genéricas e, conseqüentemente, insuficientes para solucionar os problemas de construção dos novos projetos pedagógicos dos cursos de Psicologia. Diante disso, está buscando consensos internos à Psicologia sobre os principais itens das Diretrizes, para oferecê-los como referência para os próximos momentos deste processo.

A diretriz básica para a produção dessas reflexões é a de que elas possam apoiar os cursos no momento de sua avaliação pelo INEP ou por outros órgãos governamentais.



IV Congresso Latino-americano de Psicologia Junguiana

Data: 3 a 7 de setembro de 2006
 Cidade: Punta del Este - Uruguay
 E-mail: information@congresos-rohr.com
 Link: www.congresos-rohr.com/psicoljunguiana

Curso de Formação em Acupuntura
 Data: até 14 de fevereiro de 2006
 Cidade: Brasília - DF - Brasil
 Link: www.psicologiaeacupuntura.com.br

Prêmio Monográfico Pedro Bessa
 Data: até 12 de abril de 2006
 Telefone: (61) 2109-0100
 Link: www.pol.org.br

VI Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais
 Data: 15 a 17 de junho de 2006
 Cidade: Curitiba - PR - Brasil
 Telefone: (41) 3263-4895
 E-mail: centroreichiano@centroreichiano.com.br
 Link: www.centroreichiano.com.br

II CBPOT - Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho
 Data: 26 a 29 de julho de 2006
 Cidade: Brasília - DF - Brasil
 Telefones: (17) 224-0507 e (31) 3224-6154
 E-mail: secretaria@sbpot.org.br
 Link: www.sbpot.org.br/iicbpot

Especialização *Lato Sensu* em Psicologia Corporal
 Data: até 13 de agosto de 2006
 Cidade: Porto União - SC - Brasil
 Telefones: (41) 263-4895
 E-mail: reichiano@centroreichiano.com.br
 Link: www.centroreichiano.com.br

✓ **XII Encontro Paranaense de Psicologia**
 Data: 16 a 19 de agosto de 2006
 Cidade: Maringá - PR - Brasil
 Telefones: (44) 3222-9997 / 8406-0590 / 3227-5751
 E-mail: marimiliadalpizzol@yahoo.com.br
 Link: www.crprr.org.br

I Congresso de Psicologia do Tocantins: Psicologia e Promoção de Saúde
 Data: 30 de agosto a 01 de setembro de 2006
 Cidade: Palmas - TO - Brasil
 Telefones: (63)3219-8071 / 3219-8072 / 9222-6147
 E-mail: psicologia@ulbra-to.br

II Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e VIII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental
 Data: 07 a 10 de setembro de 2006
 Cidade: Belém - PA - Brasil
 Telefone: (91)3224-6690
 Link: www.psicopatologiafundamental.org

✓ **II Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência & Profissão**
 Data: setembro de 2006
 Cidade: São Paulo - SP - Brasil
 Telefone: 0800-7706605
 Link: www.cienciaeprofissao.com.br

✓ **Concurso para obtenção do título de Especialista em Psicologia**
 Data: 17 de setembro de 2006
 Cidade: São Paulo - SP - Brasil
 Telefone: (61) 2109-0100
 Link: www.pol.org.br



Dicionário Internacional da Psicanálise

De autoria de Allain de Mijolla, o Dicionário, de tão completo, precisou ser dividido em dois volumes: o primeiro vai da letra A até a letra L e o segundo vai da letra M até a letra Z. A obra foi compilada ao longo de sete anos, a partir de um comitê editorial e da colaboração de autores de escolas psicanalíticas francesas de diferentes correntes. A obra aborda cerca de 900 noções freudianas e pós-freudianas, com claras explicações formuladas pelos principais psicanalistas do mundo.

Informações: (21) 2132-8252 ou carolina@contextoassessoria.com.br

O Novo Direito dos Portadores de Transtorno Mental: o alcance da Lei 10.216/2001

Publicação de Parecer dos Constitucionalistas Menelick de Carvalho Netto e Virgílio de Mattos acerca do advento da Lei 10.216/2001, que marca uma nova etapa na luta pela cidadania dos portadores de transtornos mentais.

Com esta cartilha, o Conselho Federal de Psicologia insere-se nos esforços por tornar mais conhecido o alcance da Lei e contribuir para a sua aplicabilidade. E o faz marcado por seu compromisso inarredável com a garantia dos Direitos Humanos aos portadores de transtornos mentais.

Informações: (61) 2109-0100 ou apoio@pol.org.br



Filiado à Ulapsi

CFP tem novo número de telefone: ANOTE!
 Fone: (61) 2109-0100
 Fax: (61) 2109-0150
 SRTVN 702 - Ed. Brasília Rádio Center - sala 4024-A
 CEP 70.719-900
 e-mail: contato@pol.org.br - home page: www.pol.org.br

